

POLÍTICA ECONÔMICA

Dornelles e Sayad apontam a estratégia do Governo

O reescalonamento das dívidas do setor público e a possibilidade de um projeto de mini-reforma tributária ser encaminhado ao Congresso pelo Executivo, com a finalidade de reforçar as medidas de combate ao déficit orçamentário, são duas das medidas lembradas pelos ministros da Fazenda, Francisco Dornelles, e do Planejamento, João Sayad, em entrevistas distintas concedidas ao GLOBO, respectivamente no Rio e em Brasília. Ambos foram instados a falar sobre os mesmos assuntos e mostraram, com suas respostas, que o primeiro escalão do Governo da Nova República funciona perfeitamente afinado.

Os dois ministros concordam, por exemplo, quanto à necessidade de uma reforma tributária que garanta aos Estados e municípios a possibilidade de desenvolver programas sociais específicos — educação, saúde, transportes etc. — cuja administração pela União além de onerosa não é tão eficaz como poderia ser quando tratada diretamente pelos interessados.

Sayad e Dornelles divergem apenas numa questão. Enquanto o primeiro é defensor da tese da capitalização dos juros como argumento nas negociações da dívida externa, o Ministro da Fazenda mostra-se contrário à idéia. Para Sayad a capitalização é extremamente importante porque daria ao Governo oportunidade de gerar reservas com as quais reduziria a necessidade de novos empréstimos. Já Dornelles acredita que não há necessidade de se chegar a isso. Ele crê que seja suficiente renegociar a questão da dívida conseguindo maiores prazos para pagamento e menores spreads. E chega a brincar:

— Capitalizar os juros é a mesma coisa que jogar pôquer e fazer um four de azes contra quem tem um revólver. Só que eu não tenho um four de azes, mas o outro tem um revólver.

‘O controle de preços evitou a hiperinflação e vai continuar’

O Governo conseguiu, com o controle de preços — que será mantido — reverter as expectativas de uma inflação de 400/500 por cento para este ano, garantiu o Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles. Agora, se dedicará ao corte nos investimentos estatais para consolidar o combate à inflação e encontrar recursos para programas sociais. Dornelles antecipa em Cr\$ 6/7 trilhões, ou 30/35 por cento, a redução no déficit de Cr\$ 20 trilhões previsto para as estatais. Projetos inviáveis serão paralisados. Depois de quitar, esta semana, as dívidas estatais vencidas com os bancos, o Governo iniciará a renegociação a longo prazo, de suas dívidas internas, para reduzir a pressão sobre os juros.

INFLAÇÃO

— Sabemos que a inflação não se reduz apenas com o controle de preços, pois seus efeitos não duram muito tempo. Mas nós pretendemos acionar medidas que ajudem a conter a inflação, como os cortes nos gastos públicos e a eficiência na arrecadação e utilização dos recursos fiscais. De qualquer forma, não abriremos mão dos controles de preços. Acabaremos com o congelamento, mas manteremos a disciplina sobre os preços da economia — garantiu o Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles.

Disse o Ministro que até o Diretor-Gerente do FMI, Jacques de Larosiere, se rendeu a seus argumentos para justificar a volta do controle de preços, medida condenada pela ortodoxia do FMI, durante o encontro mantido semana passada, em Washington:

— Depois de duas horas de conversa, de explicar que assumimos o Governo em março com uma expectativa generalizada de inflação de 300 a 400 por cento em dezembro, ameaça de crise cambial e com o setor privado sem qualquer preocupação em conter os aumentos salariais, pois confiavam em repassar os custos para seus produtos, devido à inflação desenfreada, ele nos deu razão — afirmou.

Um dos motivos que facilitou o entendimento da medida, segundo relato de Dornelles, foi sua descrição da atuação oligista de alguns setores, que anteciparam aumentos. Citou o caso da indústria farmacêutica que elevou os preços em 1.000 por cento nos últimos quatro meses antes da posse da Nova República.

— Era preciso fazer alguma coisa para reverter as expectativas inflacionárias. Acredito que em abril e maio a pressão psicológica inflacionária foi praticamente zero. Mas precisamos controlar melhor a formação de preços do setor público. O setor público brasileiro nunca pensou em reduzir custos para baratear seus preços, nem em melhorar a produtividade. Agora, vamos discutir todos os preços das estatais.

GASTOS PÚBLICOS

Até junho o Governo já terá uma definição dos cortes que serão feitos no setor público. O Ministro Francisco Dornelles adiantou que as despesas previstas em Cr\$ 20 trilhões deverão ser cortadas em Cr\$ 8/7 trilhões, uma economia de 30 a 35 por cento.

Os cortes serão feitos basicamente em investimentos estatais. Uma das empresas que deverão ter seus investimentos paralisados é a Nuclebrás. No caso de Itaipu, os investimentos serão tocados, para a conclusão da linha de transmissão de energia a São Paulo e Rio, pois contam com novos financiamentos do Banco Mundial.

Em princípio, os projetos que contam com novos financiamentos, ou com recursos próprios das empresas, serão continuados em ritmo mais lento. Os de fluxo de caixa inviável, serão desativados e a “Sest” acha que pode adiar alguns programas”. Para fazer isso, no entanto, Dornelles revelou que até julho será definido todo o plano financeiro do setor público.

Segundo o Ministro, as primeiras dívidas a serem equacionadas serão da Nuclebrás, Eletrobrás, Siderbrás, Telebrás e suas subsidiárias e do DNER. Para ilus-



“Quando assumi, sabia que o compromisso de crescer segurando a inflação era uma equação difícil. Mas, descartado o tratamento de choque, podemos reduzi-la pelo controle monetário e com uma política fiscal austera”

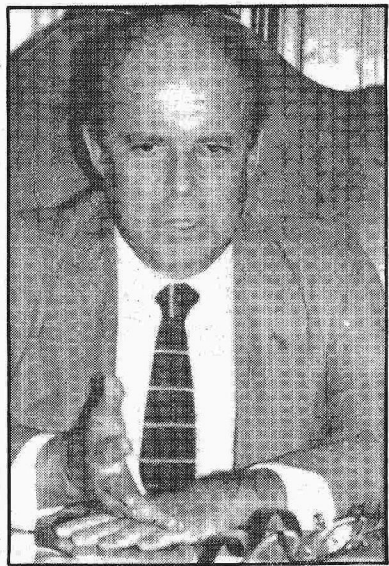
FRANCISCO DORNELLES, Ministro da Fazenda

REFORMA TRIBUTÁRIA

O Ministro Dornelles garante que na área fiscal o Governo já fez o que poderia fazer este ano, citando o encurtamento do prazo de recolhimento do Imposto de Renda pelas pessoas jurídicas, que já ermitirá em maio uma arrecadação adicional de Cr\$ 1,4 trilhão. O efeito da antecipação será sentido até junho, quando ele espera consolidar os cortes nos gastos públicos.

De qualquer forma, algumas medidas fiscais estão em estudo, como a elevação de dez para 12 por cento na tributação sobre as aplicações no open market até 30 dias, a substituição do Imposto de Renda na fonte sobre os juros dos papéis de renda fixa (letras de câmbio e certificados de depósito bancário-CDBs) pelo Imposto Sobre Oerações Financeiras (IOF).

Segundo o Ministro, o IOF poderá ser cobrado já no segundo semestre, permitindo redução considerável nas taxas de juros sobretudo no custo da dívida das estatais e do Tesouro, e antecipação da cobrança do IOF em relação ao IR. A adoção da medida caberá ao Conselho Monetário Nacional. Mas antes o Ministro pre-



tende discuti-la amplamente com o setor bancário.

Ele descartou a possibilidade de quaisquer taxações sobre o mercado de ações e admitiu existirem poucas margens para a cobrança de impostos sobre ganhos de capital, em suas diversas formas: juros, imóveis, aluguéis.

Em sua opinião, “é indispensável a redistribuição das receitas e dos encargos entre União, Estados e Municípios, assunto que deve ser tratado a fundo pela Comissão da Reforma Tributária e merecer especial atenção da Constituinte.

DÍVIDA EXTERNA

— O Brasil não admite o sistema de amortizações crescentes da dívida externa (down payment) a partir de 1986 — afirmou o Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, condutor das negociações da dívida com os bancos credores e dos entendimentos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Pelo sistema, acertado na renegociação plurianual negociada pelo ex-Presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, o Brasil amortizaria US\$ 300 milhões no ano que vem, com o total chegando a US\$ 6 bilhões no final da década.

O Ministro da Fazenda adiantou os pontos que ainda serão objeto de discussão com os bancos credores: os spreads (taxas acima dos juros), que o Brasil pretende reduzir, diante da redução do risco — a maior parte da dívida foi assumida pelo Tesouro — e da taxa líquida de juros

mais elevada para os bancos credores, devido ao recibo de Imposto de Renda liberado pelo Brasil, que permite rebates fiscais pelos bancos em seus países; as linhas de crédito interbancárias de US\$ 6,5 bilhões, vitais para as agências de bancos brasileiros no exterior; e mecanismos de manutenção das linhas de crédito comerciais bancárias, de US\$ 10 bilhões.

O Ministro Dornelles garantiu que não constará das negociações qualquer cláusula de garantia ou dispensa de dinheiro novo (new money):

— Não posso aceitar incluir na renegociação uma cláusula de que não vou pedir dinheiro novo. O futuro a Deus pertence.

Outra estratégia do Governo para sensibilizar os credores é dar garantia de regras estáveis de tratamento ao capital estrangeiro, afastar a possibilidade de estatização ou de desestabilização provocada pelas greves.

Quando à idéia da capitalização dos juros da dívida, o Ministro disse:

— E coisa lírica, de quem não sentou em mesa de negociações. E a mesma coisa do que jogar pôquer e fazer um four de ases contra quem tem um revólver. Não tenho o four de ases e o outro tem o revólver.

PLANO DE EMERGÊNCIA

Para o Ministro da Fazenda, o compromisso da Aliança Democrática, de fazer o País crescer, com a redução da inflação, e de fortalecimento dos programas de alcance social, do chamado plano de emergência, ficou prejudicado com as pressões salariais no setor público e no setor privado. Na área pública, o Governo já detectou inúmeros reajustes e benefícios a título de produtividade para empresas estatais absolutamente improdutivas, como a Nuclebrás. Como os reajustes, concedidos em fevereiro, não poderão ser revistos, a margem de manobra para gastos sociais diminuiu.

Mesmo assim, Dornelles disse compromisso com os programas sociais não será abandonado:

— Vamos parar as grandes obras e direcionar os recursos poupados para os setores que criem empregos a curto prazo e dêem retorno do ponto de vista social, como programas de saneamento, obras públicas de pequeno porte, investimentos na agricultura e na educação.

TAXA DE JUROS

O Ministro reconheceu que os altos juros internos são uma das principais fontes de realimentação do déficit público e disse que pretende atacar o problema com a redução combinada do déficit, o reescalonamento das dívidas do setor público, e alterações tributárias no tratamento dos juros.

No caso da dívida pública, que é utilizada para financiar parte do déficit público, disse que seu acionamento, enquanto a política fiscal se mantiver frouxa e a política monetária apertada, para evitar des controle da inflação, “irá pressionar as taxas de juros de forma inevitável. Ainda assim, acho preferível tirar dinheiro via dívida pública do que através do aumento de impostos”, afirmou.

O Ministro explicou que “a política tem sido de arrecadar pela dívida pública para alocar o dinheiro em setores prioritários. Em abril, tiramos Cr\$ 4 trilhões no open e destinamos à agricultura”.

Com relação a críticas à nova fórmula de correção monetária, que estaria elevando os juros reais e o custo da dívida pública interna e das estatais, devido à sua diferença em relação à inflação, o Ministro da Fazenda foi claro:

— Não vou mudar a regra da correção monetária. Considerar que o déficit aumentou em abril e maio é o mesmo que dizer que os salários aumentaram muito em abril e maio com a aplicação do INPC semestral. As coisas se diluem no tempo.

Entrevista a
CELSONI IBÉRÉ e
GILBERTO MENEZES CORTES



“Precisamos trabalhar com um programa completo que seja submetido ao Congresso e à opinião pública para ter uma estratégia mais coordenada no combate à inflação. E aí o controle de preços é muito importante”

JOÃO SAYAD, Ministro do Planejamento

‘O pessoal do CIP já está até construindo sede própria...’

BRASÍLIA — O Ministro do Planejamento, João Sayad, mandou um aviso aos empresários: não adianta bater em sua porta para pedir aumento, pois o controle de preços “veio para ficar” e será mantido pelo Governo. Ele chegou a brincar sobre o assunto, afirmando que o “o pessoal (do Conselho Interministerial de Preços, CIP) já está até construindo sede própria...”

O Ministro anunciou também a possibilidade de o Governo encaminhar ainda este ano ao Congresso Nacional um projeto de mini-reforma tributária destinada a ajudar Estados e Municípios a enfrentarem sua grave crise financeira.

INFLAÇÃO

O GLOBO — Existe uma expectativa, que ainda não é muito forte, mas está se fortalecendo, de que os preços administrados, hoje sob controle, vão estourar no futuro.

Sayad — Não há razão para o estouro. Primeiro porque não vamos deixar. Segundo, porque não há necessidade, nem nos derivados de petróleo nem na energia elétrica. Existiu uma margem para fazer isto.

O GLOBO — Mesmo sem comprometer a rentabilidade destas empresas? E as suas políticas de investimento?

Sayad — Em algumas empresas, mesmo sem comprometer.

O GLOBO — Há quem acredite que o controle de preços está sendo artificial e quando eles forem liberados haverá uma grande alta nos produtos industriais, por exemplo. O senhor garante que não há um represamento?

Sayad — Primeiro, nós vamos continuar atuando. Segundo, não há razão para haver saltos. A razão apresentada seria com relação aos preços públicos. Nós conseguimos impedir este salto. Agora, o controle de preços já teve sucesso. Nós não estamos apenas pensando numa redução cada vez maior da taxa de inflação, mas conseguimos evitar uma explosão da taxa, como estava ocorrendo. Já há um dado positivo. E vamos trabalhar por algo mais forte e mais ordenado para obter uma redução significativa da inflação.

O GLOBO — O senhor falou em algo mais forte. O que seria?

Sayad — Nós precisamos trabalhar com um programa completo que seja submetido antes ao Congresso, à opinião pública, para se ter uma estratégia mais coordenada da redução da taxa de inflação. Isto significa a redução dos juros, o aumento da carga tributária, o anúncio dos cortes dos gastos para minorar o déficit público e, aí, continuar uma política de rendas, de controle de preço, que é muito importante.

O GLOBO — Este controle, o senhor espera que fique até o fim do ano?

Sayad — Acho que ele veio para ficar. Pelo menos o CIP está comprando sede própria.

DÍVIDA EXTERNA

O GLOBO — Como o senhor vê o nosso câmbio hoje perante os bancos credores para a renegociação dos juros?

Sayad — Olha, este é um Governo que tem o apoio da opinião pública e do Congresso. E um Governo politicamente bem situado. Isto dá uma força muito grande para a negociação. O Ministério da Fazenda não está negociando no nome dele, nem eu no meu nome. Estamos negociando em nome do País, com o apoio do Presidente da República. Então, as propostas que forem levadas ao FMI e aos bancos vão ser aprovadas pela Nação. E uma coisa que dá muita força.

O GLOBO — Quer dizer que o senhor não considera a proposta de capitalização parcial dos juros uma proposta romântica?

Sayad — Romântica? Ela pode ser romântica se o banqueiro não quiser dar, mas vejo que é uma necessidade imperiosa e o Brasil tem que batalhar por isto. Ele não precisa disto, do ponto de vista financeiro, do balanço de pagamentos, mas precisa de uma atitude mais complacente dos bancos com relação às suas dificuldades.

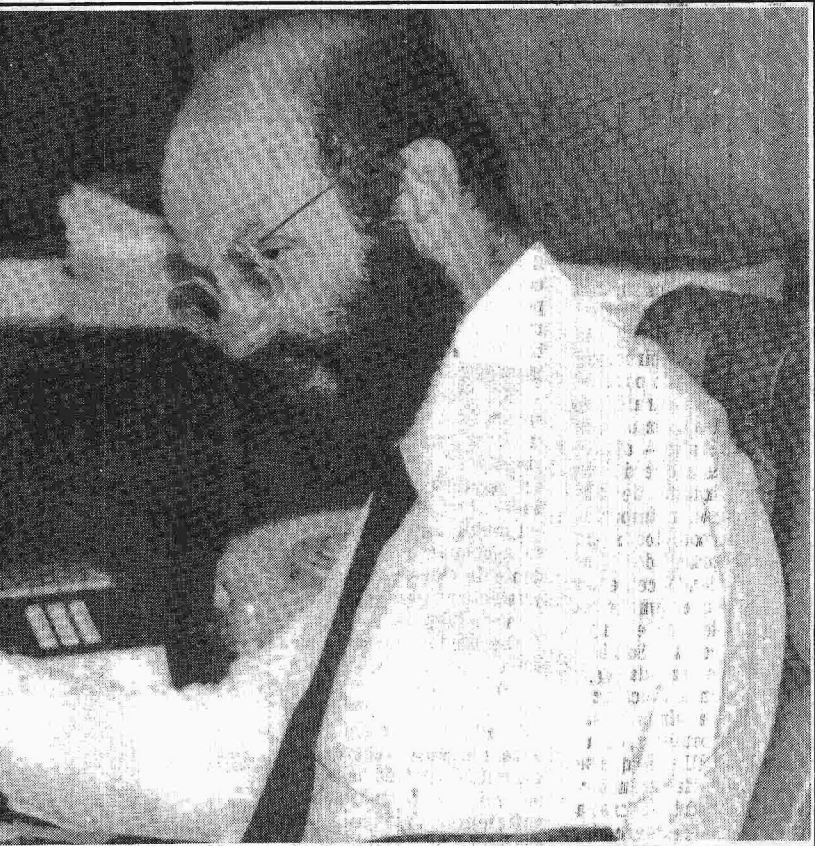
O GLOBO — Apesar da posição contrária dos bancos, nós vamos lutar pela capitalização?

Sayad — Eles estão no papel deles. Só que nós não podemos ficar no papel deles. O nosso ael é o de querer mais dólares.

O GLOBO — O senhor está convencido

“Precisamos trabalhar com um programa completo que seja submetido ao Congresso e à opinião pública para ter uma estratégia mais coordenada no combate à inflação. E aí o controle de preços é muito importante”

JOÃO SAYAD, Ministro do Planejamento



de que o Brasil não precisará de novos recursos, o chamado dinheiro novo?

SAYAD — Dos bancos credores, realmente estou convencido. Não estamos precisando face ao desempenho da balança comercial — importações e exportações. Exportações. Está se precisando no sentido de que estão nos impondo uma transferência de recursos para o exterior de magnitude respeitável. Isto coloca a economia numa camisa de força muito grande. Neste segundo sentido, estamos precisando.

TAXAS DE JUROS

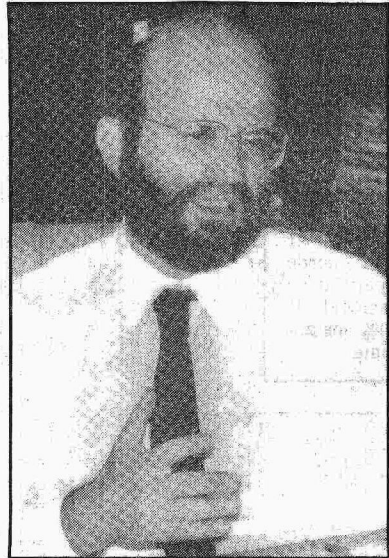
O GLOBO — Como o senhor espera reduzir a taxa de juros com uma política econômica que prevê uma emissão maciça de títulos públicos no mercado? Esta semana o Banco Central colocou Cr\$ 6 trilhões no mercado.

Sayad — Ele colocou porque a gente precisa de dinheiro. Vamos tentar precisar de menos dinheiro. E vamos ver se conseguimos, através desta redução do déficit público, transferir recursos. Isto é fundamental para o controle de preços.

O GLOBO — Quer dizer que a redução da taxa de juros passa pelo controle do déficit público e por uma elevação da carga tributária?

Sayad — E preciso também uma política monetária menos agressiva. Ela poderá ser menos agressiva se dermos pelo menos o primeiro passo para a redução dos juros.

O GLOBO — Como o senhor vê hoje os ganhos do mercado financeiro? O senhor considera os ganhos exorbitantes? Onde o



Governo poderá tirar um pouco mais, através do imposto?

Sayad — Não, eu não vejo. Acho que a grande preocupação do Governo é lutar pela redução da taxa de juros. Tentar uma taxação nesta área pode ter repercussões negativas sobre as taxas de juros, aumentando-as. Eu não recomendaria. Todo o esforço na área tributária hoje é para reduzir as taxas de juros, a curto prazo.

PLANO DE EMERGÊNCIA

O GLOBO — O senhor tem idéia de quantos novos empregos serão criados com o programa de emergência?

Sayad — Isto é muito difícil de avaliar. Eu não acho que serão impactos significativos, porque o programa se volta para o Nordeste. E lógico que terá um impacto maior do que alguns outros programas do Governo. Essa é a orientação dele. Mas é difícil imaginar que terá um impacto macroeconômico significativo. Infelizmente, não tem. E uma linha de suporte do Governo e ele orienta seus gastos para programas que, durante a sua implementação, geram empregos. E uma muleta para o problema de emprego. A questão do emprego tem que ser resolvida mesmo pela recuperação do nível de atividade. Não é significativo o nível de geração de emprego do programa.

O GLOBO — Gostaria que o senhor fizesse uma rápida avaliação sobre o programa de emergência. O que ele representa para o Governo da Nova República?

Sayad E o primeiro asso. O primeiro passo modesto, cauteloso. Nós vamos, através deste programa, avaliar também como as áreas sociais funcionam admi-

nistrativamente. Pois, além do atraso do pagamento do próprio Governo para estas áreas, há toda a burocracia, a ineficiência destas áreas.

GASTOS PÚBLICOS

O GLOBO — O senhor acredita que os cortes dos gastos públicos e o aumento da carga tributária vão provocar nova recessão no País?

Sayad — O déficit que nós temos, de Cr\$ 84 trilhões, é um déficit que decorre de vários fatores e que demanda uma ação em várias frentes. rimeiro, nós temos no orçamento da União os gastos que nós conhecemos; temos gastos que nós sabemos que existem, mas não têm limites; há gastos que nós não conhecemos e que vamos ter que conhecer. Em primeiro lugar, temos que vascularizar o orçamento fiscal, das estatais e monetário, em busca destes vazamentos permanentes. Não se pode ter uma empresa que tenha uma fonte de despesas que não se sabe quando começa e quando acaba. Primeiro, é preciso começar melhorando a eficiência do setor público, o que implica cortar gastos deste tipo.

O GLOBO — O senhor já tem algo pronto, concreto?

Sayad — Não, eu não tenho. Aliás, eu tenho, mas não posso revelar, porque cada projeto está num Estado, numa região, tem um conjunto de interesses atrás dele. E uma decisão difícil, mas que precisa ser tomada. Não será uma decisão do Ministro do Planejamento, mas uma decisão do Governo com o apoio da sociedade. Nós vamos interromper projetos que se mostrarem ineficientes, ineficazes, economicamente desastrosos. Esta é a primeira etapa. A segunda etapa é o aumento da carga tributária. E a terceira, que talvez fosse a segunda, é a redução dos juros, das despesas totais do Tesouro, das estatais e do orçamento monetário.

REFORMA TRIBUTÁRIA

O GLOBO — O senhor vem recebendo algumas críticas por ter deixado para 86 a entrega do documento sobre a reforma tributária ao Congresso. Argumentam os políticos que a reforma, sendo analisada e aprovada pelo Congresso em 86, só passará a vigorar em 87, quando boa parte dos atuais Governadores não participará mais desta rediivisão. Por que o Governo está adiando a questão para 86?

Sayad — Bom, primeiro, a questão da reforma tributária não é restrita ao Poder Executivo e muito menos ao Ministro do Planejamento. É uma questão viva e muitas propostas estão em andamento no próprio Congresso Nacional. O nosso esforço é para que a nossa proposta se articule com as que estão no Congresso Nacional e que tenhamos uma sugestão de reforma tributária equilibrada. Então, nós queremos trabalhar conjuntamente com o Congresso, as associações de municípios, os Secretários de Fazenda. Aliás, o próprio decreto de constituição da Comissão da Reforma obriga qualquer proposta, na área do ICM, a ser aprovada pelo Confaz e, na área de impostos municipais, a ser aprovada pelo Conselho de Secretários de Finanças Municipais.

O GLOBO — Quer dizer que não está descartada a hipótese de uma mini-reforma ainda este ano?

Sayad — Eu acho que não está.

O GLOBO — Já existe algum esboço?

Sayad — Não. A comissão se reuniu três vezes e definiu o grupo de trabalho. A reforma tributária é uma questão complexa, quando se analisa inteiramente. Tem imposto indireto — ICM, IPI, ISS — imposto sobre patrimônio, a questão do federalismo, as contribuições sociais.

O GLOBO — Como o déficit público de Cr\$ 84,9 trilhões influirá na reforma tributária?

Sayad — A comissão da reforma tributária tem duas preocupações. Primeiro, aumentar a progressividade da carga tributária no ais. Segundo, nós precisamos aumentar a carga tributária. Ela caiu. Precisamos ter uma elevação.

O GLOBO — Mas será uma elevação da carga tributária que atingirá os assalariados?

Sayad — Nosso esforço tem que ser para evitar isso.

Entrevista a
RIBAMAR DE OLIVEIRA e
LUIS ROBERTO MARINHO